

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.341.512 - PR (2010/0151222-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TRACTEBEL ENERGIA S. A
ADVOGADO : ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO - RS050435A
AGRAVADO : CARLOS ROBERTO SEGATTO E OUTRO
ADVOGADO : ROBERTO BECKER DA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS048713

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por TRACTEBEL ENERGIA S/A em face da decisão acostada às fls. 21-23 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 583-590 e-STJ, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. DECRETO EXPROPRIATÓRIO.
REINTEGRAÇÃO DE POSSE. USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO
OSÓRIO. IMISSÃO NA POSSE.

1. A empresa-autora é uma empresa privada de geração de energia, e o fato de ser concessionária de uma serviço público federal não quer dizer que todas as suas demandas autorizam o ingresso da União no feito. Não há no caso interesse jurídico, pois demanda possessória de uma parcela ínfima de uma área que fora da União, desapropriada na década de 1970, não afeta o contrato de concessão, contudo, merece ser prestigiada a manifestação de interesse, mesmo não-primária.
2. A posse é a situação de fato e os apelantes estão na posse do imóvel, com a residência construída, pelo menos desde 1994.
3. O equívoco da perícia e a sua incompletude deixam sérias dúvida sobre o fato de a casa dos autores estar dentro da área desapropriada, ora utilizada, como represa de águas da Usina Hidrelétrica.
4. A situação de fato, tantos anos tolerada, a imprecisão, o erro da perícia e as restrições técnicas antes aludidas fazem por prestigiar a situação de fato, consolidada com o surgimento de um bairro, incluída a casa dos autores. .

Opostos primeiros embargos de declaração (fls. 63-70 e-STJ), esses foram acolhidos (fls. 71-75 e-STJ) para ressaltar que os documentos juntados após o encerramento da fase instrutória não foram fundamentais para o acolhimento da tese dos agravados e, ainda, para afirmar prequestionados os dispositivos invocados.

Novos aclaratórios foram opostos (fls. 81-88 e-STJ), mas rejeitados (fls. 103-106 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* art. 535, inc. II, do CPC/1973; *(ii)* art. 131, 183, 302, 397, 398, 433, 435, 437, 438, 473 e 927 do CPC/1973; *(iii)* art. 499 do Código Civil.

Sustentou, em síntese: a) a nulidade do acórdão por negativa de prestação

jurisdicional; b) a nulidade do aresto por cerceamento de defesa, uma vez que foi admitida, após a interposição da apelação, contrarrazões e parecer ministerial, nova prova documental trazida pelos recorridos; c) as teses aventadas pelos recorridos em petição inoportuna configuraram indevida inovação recursal; d) ocorrência de preclusão quanto à oportunidade para a impugnação do laudo pericial; e) a insuficiência na perícia deveria ser suprimida pela determinação de realização de nova prova pericial; f) estão preenchidos os requisitos para a reintegração de posse.

Requeru a reforma do acórdão para que seja julgada procedente a ação de reintegração de posse e, alternativamente, o desentranhamento dos documentos extemporâneos ou a intimação para manifestação.

Contrarrazões às fls. 56-61 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre refutando a alegada negativa de prestação jurisdicional e asseverando a aplicabilidade do óbice da Súmula 7/STJ ao caso.

Inconformada, interpôs o presente agravo de instrumento, cuja minuta está acostada à fls. 2-12 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 596-601 e-STJ.

É o relatório.

Decido

O recurso não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem decidiu, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte *a quo* não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência deste STJ.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. A insurgente sustenta que o aresto impugnado acolheu teses apresentadas pelos ora recorridos em petição inoportuna, em franca inovação recursal.

Da leitura do acórdão impugnado, tem-se que os recorridos apresentaram, em sede de apelação, os mesmos argumentos aduzidos na contestação, quais sejam: (i) impossibilidade jurídica do pedido, pois a ora recorrente não seria possuidora da área; (ii) os requeridos exercem a posse do imóvel há muitos anos; (iii) não há risco de alagamento da área na qual foram erguidas construções.

Extraí-se da leitura do acórdão que a Corte federal regional entendeu pela

improcedência do pedido possessório formulado pela recorrente, uma vez que: (i) não houve comprovação das alegações da autora e há informações públicas em sentido diverso das afirmações feitas pela requerente; (ii) há situação de fato tolerada por longos anos, conforme documentos trazidos com a contestação; (iii) houve imprecisão e erro na perícia, que partiu de premissa diversa da alegação da autora nos autos.

Percebe-se do cotejo entre as razões recursais e a fundamentação do acórdão recorrido que o provimento ao recurso de apelação foi dado nos limites da matéria impugnada, a despeito de as alegações terem sido reforçadas em petição sobre a qual não foi dado à parte insurgente o direito de se manifestar.

Como se vê, o efeito devolutivo da apelação é total ou parcial quanto à extensão e sempre integral quanto à profundidade, motivo pelo qual o Tribunal pode analisar, com ampla profundidade, a pretensão recursal que lhe foi submetida, não ficando adstrito aos fundamentos adotados em primeiro grau, desde que respeitada a extensão objetiva do recurso, tal como ocorreu na presente hipótese.

3. Aduz a recorrente que o acórdão impugnado admitiu que os recorridos contestassem tardiamente o laudo pericial face a juntada do petitório não contestado. Ponderou que seria possível a realização de nova perícia para suprir os equívocos referidos.

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem deu provimento à apelação para julgar improcedente a ação de reintegração de posse cumulada com pedido de demolição com amparo nos elementos de convicção dos autos rejeitou a utilização da perícia por entendê-la imprecisa e equivocada nos seguintes termos:

A autora não juntou aos autos no momento da propositura da ação memorial descritivo com a cota na qual estava operando e também não sinalizou o alcance da cota máxima relacionada com o terreno onde está a casa dos autores. Teme ter que indenizá-los quando passar a operar na cota máxima "o esbulho praticado é [...] que impede a autora de exercer a sua posse, podendo elevar o reservatório para retorno da operação da usina [...] em seus níveis normais de geração". Confessa que opera na cota de 397 metros (fl. 08 e fl. 11, item 2.2.7). A perícia (fls. 224, 230 e 231) não conseguiu verificar se a casa dos autores encontra-se efetivamente dentro da área desapropriada. Valeu-se da informação da própria autora para dizer que sim, partindo do pressuposto que a Usina opera em torno da cota de 396,00 metros (fl. 229), ignorando a informação da inicial, de que o faz na cota de 397 metros.

[...]

O equívoco da perícia, e a sua incompletude, deixam sérias dúvidas sobre o fato de a casa dos autores estar dentro da área desapropriada, ora utilizada, como represa de águas da Usina Hidrelétrica. Há, por outro lado, fundadas dúvidas sobre a possibilidade de a empresa-autora efetivamente passar a operar em cota de 398 metros. É de se observar a informação pública constante na página do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) (ver fl. 331, e consultar), é informado que Salto Osório não ultrapassa o nível máximo de 397,00 metros. Assim, o limite operativo imposto tecnicamente faz por tornar pouco convincente as alegações que restaram incomprovadas.

A situação de fato, tantos anos tolerada, a imprecisão, o erro da perícia

e as restrições técnicas antes aludidas fazem por prestigiar a situação de fato, consolidada com o surgimento de um bairro, incluída a casa dos autores.

Depreende-se dos autos que a Corte regional compreendeu que os recorridos estão na posse do imóvel, com residência construída, pelo menos desde 1994, bem ainda de que o equívoco na perícia e a sua incompletude deixarem sérias dúvidas sobre o fato de a casa estar dentro da área desapropriada, motivo pelo qual a situação de fato, há tantos anos tolerada, a imprecisão, o erro evidenciado na perícia e as restrições técnicas fizeram prestigiar a situação de fato, inclusive consolidada com o surgimento de um bairro no qual incluída a casa dos recorridos.

Conforme a jurisprudência formada no âmbito desta Corte superior, o magistrado não está vinculado ao laudo pericial, podendo formar sua convicção a partir de outros elementos trazidos aos autos.

Nesse sentido, citam-se precedentes:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PROVA PERICIAL. CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO JUÍZO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA ANTES DA ELABORAÇÃO DO LAUDO. DESCABIMENTO.

1. "O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos" (art. 436 do CPC/1973).

2. Ausência de caráter preclusivo da decisão que encaminha os autos ao perito e estabelece os critérios para a realização da prova pericial, pois o laudo não vincula o juízo, conforme jurisprudência pacífica desta Corte Superior, quanto a esse ponto.

3. Possibilidade de a parte discordante solicitar esclarecimentos ao perito após a elaboração do laudo (cf. art. 477 do CPC/2015), bem como de interpor recurso contra a decisão do juízo que vier a encampar as conclusões do 'expert'.

4. Prematuridade da alegação de ofensa à coisa julgada antes da elaboração do laudo pericial.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1557353/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 22/11/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. APÓLICE. PREVISÃO DE COBERTURA PARA AMEAÇA DE DESMORONAMENTO. COMPROVAÇÃO. LAUDO PERICIAL INCONCLUSIVO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A REPARAÇÃO À COBERTURA SECURITÁRIA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese, a revisão das conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias, quanto ao reconhecimento de que houve má

valorização da prova, de que ficou caracterizado dano físico aos imóveis causado por vícios de construção e que acarretariam ameaça de desmoração, e, por consequência, o dever de indenizar, demandaria a revisão do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

2. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com base em outros elementos de prova, desde que o faça de forma fundamentada.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 927.559/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 07/03/2017)

O acórdão impugnado acompanhou nesse ponto a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Súmula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

Ademais, a revisão do aresto impugnado exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias a respeito da utilidade do laudo pericial e da desnecessária elaboração de nova perícia, o que não é possível pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

4. Não há falar na alegada violação ao artigo 398 do CPC/1973.

Conforme a jurisprudência formada no âmbito deste Tribunal superior, somente enseja nulidade da decisão judicial a juntada de documentos adicionais caso: (i) a parte adversa não tenha sido intimada a se manifestar ou não teve acesso aos autos após a sua juntada, (ii) **esses documentos tenham influenciado no deslinde da controvérsia**, além de (iii) terem causado prejuízo à parte.

Confira-se, por oportuno, precedente da Corte Especial:

PROCESSUAL CIVIL. — EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DOCUMENTO NOVO. AUSÊNCIA DE VISTA. IRRELEVÂNCIA PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. NULIDADE NÃO RECONHECIDA. PRECEDENTES.

1. **É firme o entendimento no sentido de que não há falar em ofensa ao artigo 398 do Código de Processo Civil quando, a despeito de a parte não ter sido intimada para se pronunciar a respeito de documento novo juntado aos autos, este não for utilizado no julgamento da controvérsia.**

2. Precedentes: AgRg no AREsp 111.000/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no REsp 1163175/PA, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 11.4.2013; REsp 1147815/RN, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe 30/05/2012; AgRg no AREsp 30.224/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 4.11.2011; AgRg no Ag 1233200/MG, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 07/04/2010; REsp 878472/BA, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 19/04/2007; REsp 841392/BA, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 17.12.2008.

3. "Não se coaduna com o atual estágio de desenvolvimento do Direito

Processual Civil, em que impera a busca pela prestação jurisdicional célere e eficaz, a declaração de nulidade de ato processual sem que tenha havido comprovação da necessidade de seu refazimento, diante da existência de vício de natureza processual." (EREsp 1121718/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 1.8.2012).

4. In casu, o acórdão embargado consignou expressamente que o documento sobre o qual não houve contraditório seria irrelevante para o deslinde da demanda e não haveria prejuízo concreto para parte recorrente. Embargos de divergência rejeitados.

(EAREsp 144.733/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/08/2014, DJe 15/08/2014) - grifo nosso

E ainda:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DO PRESIDENTE DO STJ. MÉRITO DO RECURSO. NULIDADE DO ACÓRDÃO. JUNTADA DE DOCUMENTOS. ART. 398 DO CPC DE 1973. NÃO OCORRÊNCIA. DOCUMENTOS NÃO ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CAUSA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O recurso especial é tempestivo. Reconsideração da decisão do Presidente desta Corte.

2. Ausência de nulidade do acórdão estadual pela juntada de documentos novos que não influenciaram na solução da controvérsia.

"Segundo a jurisprudência desta Corte, para que reste configurada a ofensa ao artigo 398 do CPC de 1973, é necessária a juntada de documento novo, sem vista à parte contrária, **que influencie na solução da controvérsia**" (AgRg no AREsp 166.921/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 12/12/2014) 3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 797.521/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016) - grifo nosso

Assim, é firme o entendimento no sentido de que não há falar nulidade quando, a despeito de a parte não ter sido intimada para se pronunciar a respeito de documento novo juntado aos autos, este não for utilizado ou não influenciar no julgamento da controvérsia.

Na hipótese, o Tribunal Regional Federal relatou que os documentos novos foram juntados aos autos em 13.03.2006, antes do parecer do Ministério Público Federal que sobre eles não se manifestou:

Juntada a petição das apelantes em 13.03.2006.

Remessa ao Ministério Público Federal em 18 de julho de 2006 (fl. 321). Parecer pelo desprovimento do apelo (fls. 358-360), em 27.11.2007. **À folha 323, antes do referido parecer Ministerial, encartada petição dos apelantes, onde acostam material fotográfico e laudo técnico comprovando que a residência dos autores não está na cota dos 396,00 metros. O parecer Ministerial não faz referência ao último petitório.**

Autos distribuídos a esta Relatora em setembro de 2006, com reiterados pedidos de preferência.

Confira-se, por oportuno, trecho do julgado no qual se depreende ter a Corte Regional formado seu convencimento com amparo na análise de foto constante de fl. 40 dos autos, no confronto de informações constantes da petição inicial (fls. 08 e 11) e posterior menção (fls. 229), com a perícia (fls. 224, 230 e 231) e sua incompletude/equívoco:

A posse é a situação de fato, **o que é demonstrado pelas fotos da folha 40, de que os apelantes estão na posse do imóvel, com a residência construída pelo menos desde 1994.** O apelante adquiriu a posse em 1981 de Gilson José da Rosa, que a adquiriu de Arnaldo Schirmer, que foi o desapropriado pela Eletrosul. **A autora não juntou aos autos no mérito da propositura da ação memorial descritivo com a cota na qual estava operando e também não sinalizou o alcance da cota máxima relacionada com o terreno onde está a casa dos autores.** Teme ter que indenizá-los quando passar a operar na cota máxima "o esbulho praticado é [...] que impede a autora de exercer a sua posse, podendo elevar o reservatório para retorno da operação da usina [...] em seus níveis normais de geração". **Confessa que opera na cota de 397 metros (fl. 08 e fl. 11, item 2.2.7). A perícia (fls. 224, 230 e 231) não conseguiu verificar se a casa dos autores encontra-se efetivamente dentro da área desapropriada. Valeu-se da informação da própria autora para dizer que sim, partindo do pressuposto que a Usina opera em torno da cota de 396,00 metros (fl. 229), ignorando a informação da inicial, de que o faz na cota de 397 metros.**

Pelas plantas anexadas, verifica-se que há um grande número de residências, tal qual a dos apelantes, nestes vinte anos construídas, não se podendo ter por clandestinas as ocupações. Trata-se de um verdadeiro bairro, com equipamentos urbanos, rede de energia, água, telefone, etc.

O equívoco da perícia, e a sua incompletude, deixam sérias dúvidas sobre o fato de a casa dos autores estar dentro da área desapropriada, ora utilizada, como represa de águas da Usina Hidrelétrica. Há, por outro lado, fundadas dúvidas sobre a possibilidade de a empresa-autora efetivamente passar a operar em cota de 398 metros. É de se observar a informação pública constante na página do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) (ver fl. 331, e consultar), é informado que Salto Osório não ultrapassa o nível máximo de 397,00 metros. Assim, o limite operativo imposto tecnicamente faz por tornar pouco convincente as alegações que restaram incomprovadas.

A situação de fato, tantos anos tolerada, a imprecisão, o erro da perícia e as restrições técnicas antes aludidas fazem por prestigiar a situação de fato, consolidada com o surgimento de um bairro, incluída a casa dos autores.

Ante o exposto, voto por dar provimento ao apelo, invertidos os ônus sucumbenciais.

Em sede de embargos de declaração, o Tribunal *a quo* esclareceu (fl. 73 e-STJ):

Apenas a ressaltar que, embora o acórdão embargado tenha relatado o encarte aos autos da petição dos apelantes após o encerramento da fase instrutória (folhas 323-54), tal petitório não foi fundamental para o acolhimento das teses dos recorrentes, ora embargados. A única

referência feita ao petitório o foi em relação a informação pública constante da página do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que pode ser obtido por qualquer pessoa no sítio <http://www.ons.org.br>. Diante deste contexto, não havia necessidade de abertura de prazo para a parte contrária, como alega o embargante, pois o único dado ao qual o acórdão fez referência é facilmente obtido por qualquer pessoa no sítio da ONS e poderia ter sido utilizado por este Gabinete independentemente de iniciativa da parte.

Como se vê, a despeito de o Tribunal *a quo* ter mencionado o seu encarte aos autos, deles não se utilizou para a formação de seu convencimento, tanto que em sede de aclaratórios esclareceu não ter tal petitório sido fundamental para o acolhimento da tese da parte adversa, haja vista que a única referência feita à petição o foi relativamente à informação pública constante da página do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a denotar não ter influenciado no julgamento do feito.

Tal como referido no precedente da Corte Especial, "não se coaduna com o atual estágio de desenvolvimento do Direito Processual Civil, em que impera a busca pela prestação jurisdicional célere e eficaz, a declaração de nulidade de ato processual sem que tenha havido comprovação da necessidade de seu refazimento, diante da existência de vício de natureza processual." (REsp 1121718/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 1.8.2012).

Assim, em que pese não tenha sido oportunizado à ora insurgente se manifestar sobre o teor do petitório encartado aos autos pela parte adversa, não se afigura viável o acolhimento da apontada nulidade, pois não influenciou o julgamento da controvérsia.

Ademais, mesmo que assim não fosse, para compreender como quer a parte insurgente no sentido de que as provas juntadas com o petitório teriam influenciado no julgamento da contenda, seria imprescindível promover o reenfrentamento do acervo fático-probatório dos autos, providência sabidamente vedada pelo óbice da súmula 7/STJ.

5. No que tange à alegada comprovação dos requisitos para a ação possessória, melhor sorte não socorre a insurgente pois, nos termos da jurisprudência do STJ, rever a conclusão do Tribunal a quo acerca da configuração dos requisitos ensejadores da procedência ou improcedência da tutela possessória demandaria o reexame de provas, procedimento obstado pela súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. COMPROVAÇÃO PELO AGRAVADO DOS PODERES INERENTES À PROPRIEDADE DO IMÓVEL OBJETO DO LITÍGIO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, rever a conclusão do Tribunal a quo acerca da configuração dos requisitos ensejadores da procedência ou improcedência da tutela possessória demandaria o reexame de provas. Incidência da Súmula 7 do STJ.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1179489/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

6. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 5698/STJ, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

